

Gás para desempregar¹

Lucien Belmonte²

André Cordeiro³

Adrianno Lorenzon⁴

O projeto Combustível do Futuro, aprovado na Câmara em 13 de março, poderia ter sido uma boa notícia para a indústria nacional. Mas, ao incluir no texto a obrigação da compra de biometano pela indústria, tornou-se um fardo para um segmento que luta para ser competitivo e não consegue por decisões como essa. O texto final pode fazer do projeto o responsável por um novo programa: o “Gás para Desempregar”.

A indústria consumidora de gás natural nunca se opôs aos esforços pela expansão da capacidade produtiva e oferta de biometano. Ao contrário, nos empenhamos para comprar o gás renovável, buscando formas de associação com os produtores e gerando esforços para viabilizar a logística de entrega do produto. Porém, a inclusão de mandato que obriga os comercializadores de gás à aquisição do biometano para a redução de no mínimo 1% de emissão de gases de efeito estufa terá resultado desprezível na descarbonização industrial e gerará aumento do custo de produção, causando perda de competitividade da indústria brasileira mais uma vez.

O Brasil está estacionado no consumo de gás natural há anos. Com um dos custos mais altos do mundo, a indústria tem apetite por consumir muito mais gás, mas não avança no seu consumo. Se nosso custo de gás natural fosse comparável com padrões internacionais, muito já teria sido feito pela descarbonização pela substituição de insumos mais emissores pelo gás. Com esse cenário, mantem-se o carvão e o GLP, e o uso da lenha ganha espaço, ao invés do gás.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/gas-para-desempregar.ghtml>

Acessado em 28.03.2024

² Coordenador geral do Fórum do Gás.

³ Vice-coordenador geral do Fórum do Gás.

⁴ Coordenador adjunto do Fórum do Gás.

Qual é a política pública que estamos desenvolvendo com o Combustível do Futuro? Se o gás fosse mais barato e competitivo, poderíamos substituir uma enormidade de importações, já que há três vezes mais gás natural incorporado nos produtos que importamos do que o volume de gás usado nos produtos aqui fabricados. Estamos fazendo uma política pública que beneficia somente um único setor em detrimento da competitividade da indústria nacional.

A obrigatoriedade de biometano é mais uma artificialidade a figurar no rol de ideias malfadadas do setor energético. Por que o produtor de biometano (que é o mesmo do setor da cana-de-açúcar e da gestão de aterros) merece ter uma reserva de mercado? Por que a indústria não pode escolher a opção mais eficiente para descarbonizar? Lembrando que nosso parque industrial já é um dos mais verdes do mundo, e nem por isso estamos ganhando mercado.

A aquisição obrigatória de biometano vai garantir aos produtores altos preços sem necessidade de competir, custeados pela indústria e por todos os compradores dos produtos brasileiros feitos com gás natural. Os negócios que já vinham acontecendo vão minguar, já que quem produz vai esperar pela compra regulada para obter melhores condições. Perde-se a eficiência que o mercado concorrencial pode produzir. A luta dos produtores de gás renovável deixa de ser pela redução de custo, e passa a ser pelo aumento da cota.

O Fórum do Gás calcula que o dispositivo aprovado na Câmara dentro do Combustível do Futuro vai custar R\$ 680 milhões ao ano para a indústria, elevando fatalmente o custo final dos produtos. A indústria química estima um aumento de custo de até R\$ 1 bilhão ao ano com o dispositivo do Combustível do Futuro.

O legislador, quando questionado se a mistura obrigatória de biometano ao gás natural elevaria os custos da indústria, disse que não sabia de onde teria saído essa conta, que se tratava de uma mentira e que o preço do biometano já está em nível similar ao do gás natural fóssil. Se assim fosse, por que o biometano precisaria de uma lei para ser consumido?

Os consumidores industriais de gás compreendem a estratégia dos produtores do gás renovável em demandarem um prêmio no preço do biometano ante o concorrente fóssil, mas este prêmio tem de ser compatível com o valor que o consumidor final está disposto a pagar por um produto industrializado com menor pegada de carbono.

É uma grande confusão! Estamos em plena discussão sobre o mercado de carbono. De repente, as leis de mercado sobre carbono são invertidas com uma preferência para o biometano. Será que não seria mais eficiente e mais barato uma indústria reduzir suas emissões com melhorias tecnológicas de processo, recuperação de áreas degradadas ou mesmo com a preservação de florestas? Isto seria mercado!

Vale lembrar que a indústria representa somente 7% das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, muito menos que a agropecuária e igual ao setor de saneamento. O setor de transportes tem uma pegada de carbono ainda muito grande no Brasil, e o Combustível do Futuro trata, corretamente, sobre combustíveis para a mobilidade, como o biodiesel, o etanol, e o Sustainable Aviation Fuel (SAF). Nesses casos, pode fazer sentido ter um mandato por mais combustível renovável. Talvez um mandato unicamente para o gás natural destinado à mobilidade fizesse sentido, determinando que os caminhões de lixo, por exemplo, devam ser abastecidos com biometano.

Outro problema de um mandato para o biometano é o volume produzido atualmente, ainda muito pequeno para fazer frente à demanda obrigatória. Em nenhum momento foi mostrado o custo e a viabilidade na escala proposta pelo Combustível do Futuro. Sempre usam o termo mercado potencial. Potencialmente, existe o Coelho da Páscoa, a Fada do Dente e o Papai Noel, mas a realidade, infelizmente, é que só existem na cabeça de quem quer acreditar.

A localização da oferta de biometano estimada para os próximos anos, distante da malha de transporte e distribuição, é outro entrave que foi esquecido pelo Combustível do Futuro. Isso encarece o gás, já que será preciso construir infraestrutura para carregá-lo aos consumidores, como ocorreu na região de Presidente Prudente (São Paulo): a construção de uma rede de distribuição para o biometano demandou investimento de R\$ 30 milhões, que não foi custeado pela usina de cana-de-açúcar beneficiada pelo contrato de fornecimento de gás, mas sim pelos atuais consumidores de gás que estão na região onde já existe distribuição de gás, ou seja, em Ribeirão Preto.

Os três últimos governos federais anunciaram promessas de baratear o gás natural. Nenhum conseguiu. Agora aparece uma proposta que vai encarecer o gás. Ao invés do Gás para Empregar, o projeto do governo federal está criando o Gás para Desempregar, ao exportar empregos na indústria brasileira para outros países que respeitam o consumidor de energia.